

## **O AGRONEGÓCIO EM CONCRETO: SUAS CONSEQUÊNCIAS E PERSPECTIVAS**

Elismar Bezerra Arruda<sup>1</sup>

### **Resumo**

O artigo discute o Agronegócio enquanto supremacia do processo econômico-social mato-grossense. De início, busca-se conceitua-lo situado no processo econômico- social mato-grossense, que se desenvolve articulado organicamente à realidade capitalista nacional e mundial desde a sua gênese. Destaca-se desse processo a sua dependência às praças centrais do capitalismo mundial, do que decorre o subdesenvolvimento, que caracterizará o desenvolvimento mato-grossense. Emerge dessa materialidade, a visão de mundo que orienta oficialmente os processos educacional-escolares das massas trabalhadoras na Escola Pública, tentando limitar esta escola à agencia de formação de mão-de-obra e, assim, perpetuar os trabalhadores como instrumento do processo da valorização capitalista. Por fim, indica as construções econômico-sociais dos subalternos como construção hegemônica e, assim, como conteúdo importante para o processo educacional-escolar dos trabalhadores, elevando-as a referencial para uma nova prática político-pedagógica dos educadores. O artigo está fundamentado na teoria marxiana e no seu desenvolvimento por autores como Antonio Gramsci, Florestan Fernandes, dentre outros.

**Palavras-chave:** Agronegócio. Trabalhadores. Escola Pública. Construção Hegemônica

### **AGROINDUSTRIA EN CONCRETO: SUS CONSECUENCIAS Y PERSPECTIVAS**

#### **resumen**

El artículo analiza la agroindustria como la supremacía de lo económico-económico. Red social de Mato Grosso. En un primer momento, busca conceptualizarlo ubicado en el proceso económico-social de Mato Grosso, que se ha desarrollado orgánicamente vinculado a la realidad capitalista nacional y mundial desde su génesis. De este proceso se destaca su dependencia de las plazas centrales del capitalismo mundial, producto del subdesarrollo, que caracterizará el desarrollo de Mato Grosso. Surgiendo de esta materialidad, la cosmovisión que guía oficialmente los procesos educativo-escolares de las masas trabajadoras en la Escuela Pública, tratando de limitar esta escuela a la agencia de formación laboral y, así, perpetuar a los trabajadores como instrumento del proceso de valorización. capitalista. Finalmente, señala las construcciones económico-sociales de los subordinados como construcción hegemónica y, por tanto, como un contenido importante para el proceso educativo-escolar de los trabajadores, elevándolos a un referente para una nueva práctica político-pedagógica de los educadores. El artículo se basa en la teoría marxista y su desarrollo por autores como Antonio Gramsci, Florestan Fernandes, entre otros.

**Palabras clave:** Agronegocios. Trabajadores. Escuela pública. Construcción hegemónica

### **AGRIBUSINESS IN CONCRETE: ITS CONSEQUENCES AND PERSPECTIVES**

#### **Abstract**

The article discusses Agribusiness as the supremacy of the economic-economic. Mato Grosso social network. At first, it seeks to conceptualize it situated in the economic-social process of Mato Grosso, which has developed organically linked to the national and world capitalist reality since its genesis. Of this process, its dependence on the central squares of world capitalism stands out, as a result of underdevelopment, which will characterize the Mato Grosso development. Emerging from this materiality, the worldview that officially guides the educational-school processes of the working masses in the Public School, trying to limit this school to the labor training agency and, thus, perpetuate workers as an instrument of the process of valorization capitalist. Finally, it indicates the economic-social constructions of the subordinates as hegemonic construction and, thus, as an important content for the educational-school process of workers, raising them to a benchmark for a new political-pedagogical practice of educators. The article is based on Marxian theory and its development by authors such as Antonio Gramsci, Florestan

---

<sup>1</sup> Doutorando em Educação pela UFF – Universidade Federal Fluminense. Professor das redes públicas de ensino de Cuiabá – MT e do Estado de Mato Grosso. Membro do NUFIFE – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia, Política e Educação da UFF. Pesquisador colaborador do GPMSE – Grupo de Pesquisa em Movimentos Sociais e Educação da UFMT.

Fernandes, among others.

**Keywords:** Agribusiness. Workers. Public school. Hegemonic Construction.

## Introdução

Em Luciara, no extremo leste mato-grossense, na região do Araguaia, na década de 1970, a produção agropecuária era bem acanhada. Nessa época ainda não existia o Agronegócio em Mato Grosso, de modo que o maior produtor agrícola daquela região era o Senhor Messias Luz, um agricultor que cultivava arroz em lavouras que ultrapassavam dezenas de hectares. O cultivo da terra era manual e a força de trabalho empregada na produção, era a da própria família; assim, só em situações específicas contratava-se alguns trabalhadores braçais para determinadas tarefas ou serviços. Dessa forma, ele, esposa e os filhos produziam, anualmente, em torno de mil sacas da gramínea<sup>2</sup>: parte para o próprio consumo e o restante comercializado na região. Essa produção conferia ao “Seu” Messias o título de “o rei do arroz”.

Nos tempos atuais, de supremacia do Agronegócio, agricultores como o “Seu” Messias e a agricultura que praticavam estão escassos e “desaparecidos” aos olhos da sociedade. Muito festejados pelos meios de comunicação, tem-se hoje como os “reis” do arroz, da soja, do algodão etc., *empresários* e não *agricultores*. Na concepção de mundo corrente, vê-se generalizada a ideia de que os grandes empresários do Agronegócio nasceram ou evoluíram daquela condição do “Seu” Messias; isto é, que os “barões” do Agronegócio, seriam os que, da condição do “Seu” Messias, por suas qualidades pessoais, teriam evoluído em ruptura com aquele atraso. Por conseguinte, a “aparição” e o desenvolvimento do Agronegócio dever-se-iam às qualidades particulares desses empresários “evoluídos”: dedicados, competentes, destemidos e visionários; os quais, por esse protagonismo “desinteressado”, mereceriam o reconhecimento de serem os propulsores e dirigentes da vida econômica e social em geral.

Para além dessa lenda, a economia estadual tem uma gênese e um curso histórico nos quais o Agronegócio emerge com toda a crueza de um processo econômico-social, capitalistamente determinado. Observando-se esse processo, pode-se dizer, de início, que o Agronegócio não é o resultado natural da evolução

---

<sup>2</sup> Informação dada por um desses seus filhos, que com ele trabalhou na lavoura e hoje toca um pequeno comércio em Luciara.

econômica de indivíduos particulares, que se fizeram grandes empresários graças às suas qualidades pessoais; também, que o Agronegócio não emergiu, nem se desenvolve, como ruptura, superação/negação de uma suposta estrutura econômico-social que lhe fora antagônica. Dessa forma, afigura-se que, ao contrário do que se propaga, essa supremacia econômica não representa a inauguração do curso de uma nova vida social apartada do passado mato-grossense; então, não sendo o que o pensamento e as concepções correntes afirmam ser, *o que é concretamente o Agronegócio?*

Confrontando as insuficiências da visão corrente, buscar-se-á aqui levantar e comentar, por suas gêneses, os elementos que podem oferecer uma compreensão superior ao senso comum; daí, partir-se dos momentos inaugurais do processo de estruturação e entranhamento das relações sociais de produção, as quais, “em última instância”, determinam a formação social mato-grossense<sup>3</sup>, onde se pode ver emergir, concretamente, o Agronegócio. Assim, referenciado no que esse processo histórico evidencia, é que serão tratadas as consequências e perspectivas do Agronegócio para o desenvolvimento social, especialmente para a educação dos trabalhadores. Para seguir por esse caminho teórico-metodológico, o presente trabalho se referencia, fundamentalmente, na Filosofia da Práxis – segundo o que está desenvolvido por seus fundadores, Marx e Engels, pelo que desenvolve Gramsci e alguns dos continuadores dessa filosofia política em nosso tempo.

## **Elementos da gênese do Agronegócio**

### **a) O *passado atrasado* redivivo**

Mato Grosso tem a sua origem no início do século XVIII, vinculada às atividades dos bandeirantes, que buscavam nestes sertões ouro, pedras preciosas e *braços* (dos Povos Originários) para serem consumidos nas lavouras paulistas como força de trabalho escravizada; portanto, a sua origem não coincide com a primeira presença humana nestas terras. As Bandeiras eram empresas, que tinham suas expedições financiadas por homens ricos (individualmente ou em associação com

---

<sup>3</sup> Que é tratada como o que se desenvolve econômica-socialmente a partir de 1719, de modo a não anular a presença anterior dos Povos Originários e a importância dos seus modos de vida – inclusive para os nossos dias.

outro ou outros), os quais, nem sempre tomavam parte em suas atividades nos sertões, de modo a confiarem o negócio a um bandeirante experiente, que assumia o lugar de chefe nas expedições. Essas empresas tinham uma estrutura bem definida e hierarquizada: um bandeirante-chefe, com autoridade superior e inquestionável sobre todos os demais, homens livres, geralmente caboclos e mamelucos (mestiços de brancos e índios), indígenas “amansados”, “flecheiros” (que, por conhecerem os sertões, geralmente guiavam a expedição, além de fazerem a segurança da Bandeira) e, mais raramente e em número pequeno, negros escravizados. Tratava-se de um “pequeno” exército com centenas de integrantes, em alguns casos somavam-se milhares<sup>4</sup>.

Foi uma dessas bandeiras que, ao achar ouro no leito do rio Coxipó em 1719, por seu bandeirante-chefe, Paschoal Moreira Cabral, noticiou o fato ao preposto do Rei de Portugal, o Governador da Capitania de São Paulo, D. Pedro de Almeida Portugal, requerendo para si os “seus direitos de descobridor e explorador das minas” – no que foi atendido com o título de Capitão-Mor. Com o poder desse cargo, segundo Póvoas (1995, p. 83), Moreira Cabral “distribuía justiça, dirimia contendas, mandava pagar dívidas e, o mais importante, repartia lavras”; pode-se dizer, então, que esse bandeirante foi o primeiro governante a ter poderes sobre as terras mato-grossenses, para reparti-las. Aliás, foi por essa incumbência, que homens de posses, contrariados em seus interesses, destituíram o velho bandeirante do cargo, ocupando-o com um de sua confiança.

Nesse então, por força do que estabeleciam as leis ou tratados do “mundo civilizado”, todas essas terras pertenciam à Coroa Portuguesa, de forma que, a grande população de Povos Originários, embora vivesse aqui desde milênios, nada tinha de seu, legalmente; porque, legalmente, somente os do mundo de Moreira Cabral (materializando os interesses de “El-Rey”, isto é, da ordem econômico-social que este carnificava), excluindo-se os negros escravizados, podiam ser proprietários. Dessa forma, a parte da população que se poderia caracterizar como “classe trabalhadora”, ou a gênese desta nas terras mato-grossenses, subsumida na estrutura econômico-social colonial, não podia ser proprietária quando Mato Grosso

---

<sup>4</sup> Por exemplo, segundo Póvoas (1995, p. 86), a “comitiva” que trouxe o Capitão General Rodrigo Cesar à Cuiabá, “[. .... ] partiu de São Paulo a 6 de julho de 1726 chegando a Cuiabá a 16 de novembro desse mesmo ano, com cerca de 3.000 pessoas conduzidas numa flotilha de 308 unidades”.

foi iniciado.

Grosso modo caracterizada, essa estrutura econômico-social, fundada na propriedade privada e no trabalho escravo, era a que se impunha nacionalmente e, assim, entranhou-se e se desenvolveu como “civilização” aqui, desde o longínquo abril de 1719– data da fundação de Cuiabá. Observada bem, percebe-se que ao longo da história mato- grossense, essa estrutura nunca foi rompida, de modo a caracterizá-la bem, a interpretação que afirma tratar-se de um processo econômico “que floresceu graças à modernização do arcaico” (Florestan Fernandes, 2009, p. 48). Entretanto, ao se examinar a história mato- grossense, em sua versão oficial, essa estrutura, sua dinâmica e a classe dos “senhores” (que a dominavam e nela e através dela se faziam “senhores”), parecem suplantados pelo “progresso”, pelo “desenvolvimento” e pela “modernização” econômico-social realizados ao longo desses três séculos de vida mato-grossense – vedando-se qualquer conexão entre aquele passado e a estrutura econômico-social presente.

#### b) A Ditadura como instrumento político-governamental fundamental

O Golpe e a decorrente Ditadura Militar, deflagrados pela classe proprietária-governantes em abril de 1964, parece não ter conexão com a estrutura econômico-social que caracterizou Mato Grosso desde sempre; modificada, portanto, só epidermicamente ao longo da história<sup>5</sup>. Mas, observadas as políticas que serão implantadas e desenvolvidas nesse período (1964-1985), percebe-se que essas políticas se efetivaram como instrumentos orgânicos requeridos por essa estrutura e no sentido da sua preservação/desenvolvimento; daí se divulgar, elogiando, o “feito” dos “militares” como o que criou as bases para o desenvolvimento da economia estadual, que resultou no Agronegócio.

Diversos são os estudiosos<sup>6</sup> que tratam dos processos de ocupação e desenvolvimento destas terras, especialmente sobre o que se efetiva da segunda

---

<sup>5</sup> Conforme Florestan Fernandes (2009, p. 82), os processos de crescimento e desenvolvimento latino-americano efetiva-se “[...] de forma segmentada e segundo ritmos que requerem a fusão do “moderno” com o “antigo” ou, então, do “moderno” com o “arcaico”, operando-se o que se poderia descrever como a “modernização do arcaico” e a simultânea “arcaização do moderno””.

<sup>6</sup> Dentre esses trabalhos podemos destacar os de: Ferreira (1986); Barrozo (2008 e 2010); Souza (2013); Ribeiro (1998); Galetti (2012), Picoli (2010). É importante destacar a quantidade significativa de estudos que os Programas de Pós-Graduação da UFMT vêm desenvolvendo ao nível de Mestrados e Doutorados, notadamente, em História, Educação e Economia.

metade do século passado até nossos dias. Alguns desses autores se referem a esse processo como uma “re-ocupação”, expressão mais adequada para designar o que se materializou a partir da década de 1960. De fato, quando as políticas governamentais<sup>7</sup> que orientaram essa reocupação foram efetivadas através de grandes projetos de colonização e pela implantação das grandes empresas e empreendimentos privados em diferentes regiões do estado, notadamente no Araguaia e no Nortão, esses territórios não estavam “vazios”<sup>8</sup> de gente – tal como quis fazer crer a propaganda governamental. Mas, é importante anotar que também não se tratavam de territórios sem “dono legal”, na medida em que, conforme Esterici (1987, p.14), “[...] a partir de 1952, o governo do Estado de Mato Grosso iniciou um processo de alienação de terras públicas [...]”, e por esse processo, afirma a autora “Em 1955 [...] firmou contratos com cerca de vinte empresas, caracterizadas como de colonização [os quais] tornavam-nas concessionárias de 4.000.000 de hectares na área” (imagina-se a “repercussão” dessa política sobre a vida econômico-social de posseiros e indígenas que já viviam nessas terras).

Por diversas motivações ou determinações econômico-sociais, os sertões mato-grossenses já estavam povoados, não *somente* pelos Povos Originários, mas, também por uma massa dispersa de famílias de trabalhadores rurais – as quais, seguindo os cursos d’água que servem as diversas regiões do estado, acessaram-nas e ali viviam do próprio trabalho na terra. Face a essas presenças (mais que a presença física, engendrando cultura, economias, política e saberes), a denominação de “vazios demográficos” deve ser entendida como uma caracterização capitalista a tudo aquilo que, ainda, não é território dominado pelo capital; porque, a re-ocupação que este promoverá (e que será divulgada como

---

<sup>7</sup> Como políticas governamentais deve ser entendido o conjunto de ações e procedimentos concebidos e implementados pela classe proprietária-governante no sentido da efetivação de um tipo de desenvolvimento, cuja autoria/iniciativa não se restringe ao “poder público”. Ao materializarem-se como instrumentos estratégicos desse desenvolvimento, expressam o interesse de classe da burguesia, conjugando ações estatais/governamentais e da chamada “iniciativa privada”, mediante seus prepostos com cargos e poder no Executivo, no Legislativo e Judiciário, bem como através da própria ação empresarial, fartamente apoiada, subsidiada maternamente, pelo Estado e os Governos.

<sup>8</sup> Tem-se que a universalização da ideia de “vazios demográficos” se desenvolveu, sistematicamente, como método para a negação e destruição da realidade econômica que aquela ocupação caracterizava e, assim, para afirmar e promover outro tipo de ocupação, consentâneo à lógica capitalista. Isto se evidencia a partir da década de 1970, quando da implantação dos projetos de colonização pública e privada nesses territórios; tanto que, apesar das grandes extensões de terras disponíveis e da condição de posseiros dessas populações, esses projetos não as consideraram como possíveis “clientes” – mas, como empecilhos à forma de ocupação e apropriação estabelecida pelo Estado e efetivada por tais projetos.

progresso e desenvolvimento onde antes nada havia), não se caracterizará pelo preenchimento físico do que estava “vazio”, mas, fundamentalmente, pela imposição de novas relações sociais, fundadas nas estruturas e dinamismos capitalistas. Daí que o processo econômico que se estrutura, desenvolver-se-á em negação e buscando anular todas aquelas presenças humanas para considerar, tão somente, a própria presença – ou seja, o que se impõe pela colonização e pelos grandes empreendimentos agropecuários, que arrastam atrás de si grandes massas de trabalhadores para atender seus interesses.

Vê-se, assim, um projeto econômico-social ser implantado e desenvolvido a partir de um conjunto de diversas políticas governamentais, concebidas e realizadas em consonância e preservando a antiga estrutura econômico-social mato-grossense. Desse modo, o desenvolvimento decorrente se efetiva afirmando os interesses da mesma classe proprietária e sua supremacia, que se materializa na forma da velha e intransigente *dominação* econômica e da mesma forma excludente e autoritária de *dirigir/governar* a sociedade. Portanto, um projeto egoístico, de classe, que, por confrontar os interesses e sonhos de grande parte das massas trabalhadoras, terá no período e pela chamada Ditadura Militar instituídas as circunstâncias sociais favoráveis para a sua realização. Assim, nessas circunstâncias de autoritarismo e violência, é que serão efetivadas as políticas que materializarão a infraestrutura necessária<sup>9</sup> para o entranhamento e o desenvolvimento do capital nestas terras; um processo que, na relação orgânica com os países centrais do capitalismo mundial, efetivar-se-á “marcado” pela *dependência* e pelo *subdesenvolvimento*.

Essas políticas estão mais ou menos definidas nos PND – Plano Nacional de Desenvolvimento I, II e III – respectivamente para o triênio 1972 – 1974, os quinquênios 1975 – 1979 e 1980 – 1985; mas é curioso que, ao se examinar esses planos, não se percebe, à primeira vista, a terra como elemento fundamental, estratégico, para a efetivação de tal desenvolvimento. Constam ali, uma profusão de políticas, objetivos, metas, estratégias (econômicos, fiscais, sociais, culturais, etc.) e

---

<sup>9</sup> Essa infraestrutura pode ser determinada como: a mão de obra necessária, estradas, energia elétrica, financiamentos diversos, segurança pública (policial-militar e jurídica) às grandes empresas e empreendimentos e, fundamentalmente, a propriedade legal e o controle sobre a terra. É nesse sentido que foram acionados todos os aparatos estatais/governamentais, organizações da sociedade civil, mais a intrepidez autotélica da grande empresa privada, etc., todos suportados basicamente pelo fundo público, para abrir as estradas, incentivar e financiar a migração, implantar projetos de colonização públicos e privados, financiar e subsidiar grandes empresas e empreendimentos agropecuários e industriais etc.

análises dos cenários nacional e internacional, mais as indicações do mercado e da empresa privada como os realizadores do desenvolvimento econômico pretendido e, além disso, o firme e declarado apoio do Estado/Governo – menos o problema da propriedade da terra. Infere-se que assim está devido, precisamente, à realidade fundiária de estados como o de Mato Grosso, em que pululam conflitos em todas as suas regiões. Daí a necessidade de se impor o monopólio da propriedade da terra<sup>10</sup> (como condição para a imposição de relações de produção especificamente capitalistas) por meios não declarados oficialmente, face às presenças posseiras e indígenas<sup>11</sup>, tratadas como antagônicas ao progresso e ao desenvolvimento, *modernizadores*.

c) Os meios do capital para se apropriar da terra e se impor como supremacia

Face às políticas governamentais, que materializam o projeto de desenvolvimento fundamentalmente capitalista, a gente “posseira” e os Povos Originários emergem como empecilhos que precisam ser removidos. Tal situação, faz a classe proprietária-governante combinar (através dos aparatos estatais/governamentais e da força de suas entidades e organizações privadas) a mais bestial violência, inclusive a corrupção, com os mais “cândidos” mecanismos pedagógicos ou de convencimento nessa direção. Ferreira (1986, p. 101) apresenta o seguinte “quadro” sobre essa violência:

Na década de setenta, foram levantadas 183 áreas de tensão social localizadas em 43 dos 58 municípios mato-grossenses. O número de famílias envolvidas no litígio atingiu a cifra de 31.933, um equivalente que se aproxima de 200 mil pessoas, ou seja, mais de 40,0% da população rural do Estado. A área envolvida nas questões de conflito vai além de 6 milhões de hectares.

Dentre esses conflitos, em que não foram poucos os trabalhadores e trabalhadoras mortos, “desaparecidos” e violentados com suas famílias, é emblemático o que ocorreu na localidade de Santa Terezinha, na região do Araguaia, no início da década de 1970. A CODEARA – Companhia de Desenvolvimento do

---

<sup>10</sup> Conforme Marx (1975, p. 886): Quando o trabalhador [...] pode acumular para si mesmo, o que pode fazer quando é o proprietário de seus meios de produção, é impossível a acumulação capitalista e o modo de produção capitalista, falta para isso a imprescindível classe dos assalariados.

<sup>11</sup> Sobre esse processo de negação capitalista e suas políticas, bem como as lutas de resistência e construção hegemônica dos povos latino-americanos, é importante o trabalho do professor Semeraro (2009): “Libertação e Hegemonia: realizar a América Latina pelos movimentos populares”.



Araguaia, para implantar um grande projeto agropecuário, que contava com incentivos fiscais e financiamentos do Governo Federal, tentou por todos os meios (inclusive com o suporte dos aparatos estatais/governamentais) expulsar as famílias que ali viviam há décadas. Para “limpar a área”<sup>12</sup>, utilizou-se das polícias, de jagunços, parlamentares, governador, etc. legal e ilegalmente, mas, ainda assim, a resistência dos trabalhadores, que só pode contar com o apoio da Igreja Católica, através da Prelazia de São Félix do Araguaia, conseguiu frear, em muito, seu ímpeto ruinoso.

Caracteriza muito bem o *modus operandi* do capital para se apropriar e se entranhar nestas terras, o que consta no “Relatório Final da CPI da Terra” da Câmara dos Deputados (Diário do Congresso, 1979:85/5, Apud Ferreira, 1986, p. 108-109):

- 1 – Compra, pelo grileiro, de direito de posse de pequenas áreas com benfeitorias, sem confrontação ou limites. Em seguida, é requerido o usucapião da área, embora, muitas vezes, não existia registro algum de propriedade particular. Mas, com a sentença, não cumpridas as exigências legais, acompanhada de um mapa abrangendo milhares de propriedade do imóvel em livro próprio;
- 3 – Falsificação de títulos e seus registros posteriores no Registro de Imóveis, sem observância, nestes casos, do exigido por lei;
- 6 – Sentenças declaratórias de usucapião, proferidas por juízes de direto, sobre áreas de grande extensão, sem dar vistas dos autos à União, ao Estado ou à Prefeitura;
- 7 – Ações possessórias julgadas procedentes em favor de grileiro que justificaram a propriedade com meros certificados de cadastros do Incra.

Consta ainda nesse Relatório, os seguintes “métodos” ou mecanismos utilizados para “limpar” as áreas de interesse do capital:

- Invasão de posse... através de animais, a fim de destruir as benfeitorias e os plantios dos posseiros;
- Obstrução de caminhos e passagens utilizados pelos posseiros, a fim de dificultar o transporte e escoamento da produção;
- Desmatamento de áreas, a fim de impedir as necessidades de expansão de cultivos, ou então, através de queimadas ao redor das moradias, para obrigá-los a abandonar suas posses;
- Semeadura de capim, inclusive através de avião sobre as posses, para prejudicar os cultivo.
- Ameaças feitas por pistoleiros, a fim de amedrontar os posseiros para abandonarem suas posses, podendo ocorrer, inclusive nas questões de terra, a prisão de posseiros sem ordem judicial, para obrigá-los a sair;
- 6 – Expulsão de posseiros por jagunços, envolvendo até policiais, sem ordem judicial, a mando do “comprador” de terra, sendo frequente a queima de moradia e de todos os bens;
- Pressões e ameaças aos posseiros para vender as terras a preços irrisórios, ou então, o pagamento de indenizações das benfeitorias das

---

<sup>12</sup> Segundo Esterici (Idem, p. 15), essa área havia sido alienada no processo de alienação de terras públicas realizado pelo Governo Estadual em 1952.

posses mais antigas por novos lotes de tamanhos pequenos (inferiores aos módulos, sem escritura de registro do imóvel, podendo o posseiro perder as

O Relatório diz por si só; mas, além desses procedimentos violentos de expulsão de trabalhadores rurais e povos indígenas, tem-se nos projetos de colonização pública e privada outro “eficiente” mecanismo utilizado pelo capital para os seus fins. Através desses projetos (muitos dos quais implantados em terras indígenas, quando se jogou trabalhadores contra indígenas), grandes empresas consolidarão a alienação de terras públicas ocorridas na década de 1950, pois é sobre a estrutura fundiária criada por aqueles atos governamentais, que as empresas, adquirindo os títulos de propriedade concedidos pelo governo, arrecadarão imensas áreas para implantar seus projetos de colonização. Pode-se citar, como exemplo, o caso da colonizadora SINOP – Sociedade Imobiliária do Noroeste do Paraná<sup>13</sup> que, assim procedendo, arrecadou cerca de 640 mil hectares de terra para implantar projetos de colonização e, inclusive, “estocar” terras para negócios imobiliários futuros.

Dentre os projetos de colonização, é emblemático o Projeto Lucas do Rio Verde<sup>14</sup>; onde também se pode verificar a conjunção de todos os mecanismos estatais/governamentais, legais e ilegais, pela corrupção inclusive, postos à disposição da empresa capitalista para a efetivação dos seus interesses. Conforme Castro et. al. (2002, p. 84), em uma área de 215.000 ha, dos quais 65.000 já ocupados, pretendia-se assentar 200 famílias, cabendo a cada uma, 200 hectares; o seu objetivo era assentar trabalhadores sem-terra, especificamente como “[...] estratégia para desmobilizar um movimento que é marco no histórico da Reforma Agrária no Brasil: o acampamento da Encruzilhada do Natalino, em Ronda Alta, que em julho de 1981 contava com mais de 600 famílias em luta [...] no Rio Grande do Sul” (Idem, p. 87). As famílias chegaram em Lucas em julho de 1981 e, “em agosto de 1983”, apenas 18 delas ainda continuavam no projeto. Conforme a autora (Idem, p. 89), esse processo se deu da seguinte forma:

[...] antes de o Incria implantar o projeto de colonização, a área já estava sendo ocupada por grileiros, que estavam se apossando de imensas parcelas de terra. Ao mesmo tempo, a COOPERLUCAS, uma cooperativa formada por empresários rurais do interior de São Paulo, estava negociando

---

<sup>13</sup> Todo esse processo está detalhado por um entrevistado da minha pesquisa para o Doutorado.

<sup>14</sup> Situado à margem da Rodovia Cuiabá-Santarém, BR-163, a 290 km de Cuiabá e a 180 km da sede do município de Diamantino, ao qual pertencia a área.

a área junto ao Incra para realizar um projeto de assentamento conjunto [...]. Com a entrada dos colonos de Ronda Alta, foi regularizada a situação dos grileiros, chegando alguns a obter até 2.000 hectares de terra.

Para atender aos associados da COOPERLUCAS (pequenos e médios proprietários de terra, que ali chegaram em 1982), o projeto foi ampliado para 900 lotes; entretanto, mesmo esses colonos com algum capital (em razão das exigências naturais do cerrado para a produção agrícola, das altas taxas de juros, dificuldade para acessar financiamentos, etc.), não conseguiram sucesso. Assim, “50% deles deixaram o projeto – que, então, ficou sob a responsabilidade do executor do INCRA, dos grileiros e dos colonos com maior capital” (Idem, p.89); quando o executor passou a vender os lotes para latifundiários do Sul do País e grandes comerciantes da região. Vê-se, então, o Estado, os governos e os grandes empresários agirem unificadamente, no sentido de dois objetivos:

a) remover da área (mais que as pessoas) os processos produtivos que não criavam uma realidade econômico-social conforme a finalidade capitalista; b) facilitar à classe proprietária a apropriação da área.

Observe-se que esse “processo expropriatório”, não foi o que criou a condição material para existir o empresário do Agronegócio, porque, de fato, esse empresário já existia atuando em outras áreas ou atividades econômicas nas diversas regiões do país e até em outros países; ou seja, o capital acumulado necessário já existia: ou sob o controle privado do empresário, ou na forma do “fundo público” – disponibilizado, generosamente, ao grande empresariado pelos governos ditatoriais e seguintes. Portanto, o que se criou com tal processo, foram as condições econômico-sociais<sup>15</sup> que garantiram a esse capitalista implantar e desenvolver determinados negócios agropecuários, para valorizar o capital; ou seja, mediante esse violento processo expropriatório<sup>16</sup>, criou-se uma estrutura social especificamente capitalista em que, os trabalhadores expropriados, são compelidos ao assalariamento e, assim, à expropriação<sup>17</sup> permanente.

---

<sup>15</sup> Notadamente os financiamentos subsidiados que, de fato, funcionaram como uma fonte de capital (“acumulação primitiva”) disponibilizada aos empresários pelo Estado.

<sup>16</sup> Conforme Ferreira (p.99): Em 1975, os estabelecimentos de 0 a 100 hectares saltaram para 6.394, passando a representar 73,23% do total dos estabelecimentos, mas sofrendo, contudo, redução da área total ocupada, que caiu para 1,72%. Note-se, ainda em 1975, que os estabelecimentos com mais de 1.000 hectares passaram a representar 7,93% do total dos estabelecimentos, mas o volume da área ocupada por estes imóveis subiu para 92,97% do total da área dos imóveis.

<sup>17</sup> Isto porque, conforme Marx (2013, p. 247): “O valor da força de trabalho se reduz ao valor de uma

d) O tipo de desenvolvimento que se estruturou

Se dessa forma, os campos mato-grossenses são “desimpedidos” daquelas presenças para dar lugar ao livre desenvolvimento da grande empresa capitalista e seus negócios; se é excluindo ou anulando violentamente tudo o que não confirma a sua estrutura e o seu movimento autotélico, que o capital se entranha nestas terras – é mister precisar as “especificidades” desse capitalismo que aqui se desenvolveu. De início, avulta o fato de que, diferentemente do que se observa em relação ao “trabalhador europeu que ainda pode contar com alguma organização e proteção de uma certa legislação” (SEMERARO, 2009, p. 26), a massa trabalhadora daqui é tratada pelo Estado (notadamente pelo Judiciário, pelos governos e seus aparatos de segurança) e pelo empresário, como gente cujos “direitos” só podem vigorar depois de atendidas as insaciáveis necessidades do capital, portanto, impedidas até do status de cidadão<sup>18</sup>.

Desse modo, o processo capitalista que se impõe, mais que a expropriação das massas, buscou anulá-las em qualquer protagonismo que extrapolasse a função específica de força de trabalho ou mão-de-obra; de tal forma que, para os mais simples, a sobrevivência em níveis pobres e miseráveis é acenada como o que lhes caberia na sociedade desenvolvida e por benevolência da classe proprietária. É o que se pode verificar nas condições de vida e trabalho dos “peões” contratados por “gatos” para a implantação dos grandes empreendimentos (derrubada da mata, plantio de capim, construção de cercas, etc.) financiados pela SUDAM nas diversas regiões de Mato Grosso; ou ainda, na dura e insolente declaração do colonizador Dr. Luiz A. Piazzon, Vice-Presidente da COTREL (Apud Castro et. al., 2002): “Colonização não se faz com a nata, mas, com a borra da sociedade”.

Face a todo esse processo capitalista nestas terras, *como* e *o que* responder à pergunta: onde está ou como se apresenta na realidade do Agronegócio, aquele antigo agricultor tipo “Messias – rei do arroz”? Sem as raras exceções, esse agricultor desapareceu ou está desaparecendo. Na realidade, não foi o antigo

---

quantidade determinada de meios de subsistência e varia, portanto, com o valor desses de subsistência, isto é, de acordo com a magnitude do tempo de trabalho requerido para a sua produção”.

<sup>18</sup> Refere-se ao indivíduo nas sociedades capitalistas, gozando direitos civis e políticos, que lhe permitem protagonismos na vida social, para além da função instrumental no processo produtivo.

agricultor que “elevou- se” à condição de grande empresário do Agronegócio (ainda que um ou outro caso excepcional possa alimentar essa lenda), aqueles, por desconhecerem o mercado e suas regras, por sua “inabilidade” para se movimentar empresarialmente no mundo do capital (com os bancos e seus créditos e juros e dívidas, com mercado internacional de commodities, com a mecanização da produção, etc.), não conseguiram se transladarem para a nova realidade econômica estadual, como grandes empresários da agricultura, da pecuária, etc. Quem emerge como “produtor rural” na realidade estadual hegemônica pelo Agronegócio é o empresário que conhece, por si ou por prepostos, a lógica e a dinâmica do mercado, de modo a conjugar, sem pejo, o mundo da política com o mundo da economia, em negócios que transbordam o plano nacional; uma realidade impensada para aquele antigo agricultor.

Em relação às massas trabalhadoras, notadamente àquelas famílias posseiras, agricultoras, verifica-se que a estruturação e a universalização (como supremacia) das relações sociais especificamente capitalistas, fizeram a finalidade da vida transigir da vida como o referencial ético e moral, para o que requer o mercado. Este, revestindo tudo com a magia ilusória de um “progresso” e de um “desenvolvimento” que a tudo “transforma”, “moderniza” e “enriquece”, apresenta-se para as massas, inclusive para os “removidos/expropriados”, como o meio que lhes oportunizará “tudo” – menos o que lhes fora expropriado. Entretanto, essa “modernização do arcaico” (que não significa a transformação daquele velho agricultor no empresário moderno), ao se materializar como condição de vida e trabalho das massas trabalhadoras, revela-se em suas contradições insanáveis – do que decorrem as mais variadas formas de luta, movimentos e organizações autônomas e autonomizadora dessas massas.

### **O Agronegócio na visão dominante**

Apresentados e comentados, ainda que brevemente, os elementos que indicam a gênese do Agronegócio, vejamos como este é divulgado e tratado pela concepção de mundo dominante. Especialmente pelo que se difunde através dos meios de comunicação de massa, pode-se dizer que está generalizado como: a) o conjunto de atividades produtivas que, produzindo o “alimento que o mundo precisa”, efetiva-se como o “carro- chefe” da economia estadual (personificado no

empresariado) e, por conseguinte, o responsável pela criação das riquezas, do emprego e da possibilidade de ascensão social dos trabalhadores mais aptos e dedicados, etc.; b) as grandes lavouras de grãos e plumas e desenvolvidas graças ao emprego de máquinas com extraordinárias tecnologias embarcadas para o preparo do solo, plantio e colheita; c) os gigantescos complexos de assépticas granjas de aves e suínos, também desenvolvidas sob o impacto de sofisticadas tecnologias, que garantem maior produção e produtividade; d) as grandes estruturas de armazéns e secadores; e) os grandes rebanhos de bovinos com alto padrão genético, confinados ou a pasto, etc.; f) a profusão de frotas de caminhões nas estradas transportando “a safra”, etc.; g) como uma construção que resultou do esforço hercúleo e da competência superior dos que, por essas suas qualidades, fizeram-se grandes empresários de sucesso, muitos inclusive vindos “de baixo”, etc.

Nas entrevistas com empresários, de uma pesquisa em curso, que subsidia o estudo para o Doutorado, evidenciam-se suas concepções sobre o Agronegócio e o desenvolvimento estadual, confirmando o que divulgam os meios de comunicação. Veja-se o que diz, por exemplo, o Empresário “A” à uma das indagações:

O *Agro* não é o que as pessoas imaginam que seja: uma roça de soja, de milho, criação disso ou daquilo. É um conjunto de atividades que compreende, sim, como se costuma falar: as atividades da porteira para dentro; mas, antes disso, antes do plantio, do preparo da terra, da sementeira, da colheita e da comercialização dos produtos, temos muitas atividades que envolvem empresas, negócios, pessoas de, praticamente, o mundo todo.

O Empresário “B”, respondendo à mesma indagação em outra entrevista, afirma o seguinte:

O Agronegócio é o conjunto de atividades desenvolvidas a partir da produção primária. Produção tanto agrícola, quanto pecuária, florestal também. Mas, não é só agricultura, pecuária ou a produção primária em si, mas, tudo o que se desenvolve a partir dessa produção primária, inclusive atividades-meio: por exemplo, o transporte, as atividades de prestação de serviços; e as atividades-fim que são: a agricultura a produção agropecuária, agricultura e pecuária e, também, a indústria de transformação dessa produção, agregação de valor na verticalização. Então, o Agronegócio é tudo isso e não apenas agricultura.

Nas duas respostas estão dados muitos dos elementos materiais e até das relações que constituem o Agronegócio, de modo que não é a falta de um ou outro dos seus elementos que tornará o “conceito” ou a concepção empresarial “insuficiente” naquilo que ela tem de essencial; nestas e em outras respostas colhidas, não há referência às condições de vida e trabalho dos trabalhadores;

senão, quando tratam destes como mão- de-obra desqualificada que, além de impactar negativamente a economia estadual, explicaria a pobreza econômico-social em que vivem. O que se tem nessas respostas é a afiguração do Agronegócio pela descrição dos seus elementos mais destacados, que indicariam um processo econômico-social próximo ao ideal, carecendo, eventualmente, de ajustes epidérmicos; em que sobressai, a necessidade de se qualificar tecnicamente os trabalhadores. Tem mais detalhes a publicação do “Portal do Agronegócio”<sup>19</sup>:

Moderno, eficiente e competitivo, o agronegócio brasileiro é uma atividade próspera, segura e rentável. Com um clima diversificado, chuvas regulares, energia solar abundante e quase 13% de toda a água doce disponível no planeta, o Brasil tem 388 milhões de hectares de terras agricultáveis férteis e de alta produtividade, dos quais 90 milhões ainda não foram explorados. Esses fatores fazem do país um lugar de vocação natural para a agropecuária e todos os negócios relacionados à suas cadeias produtivas. O agronegócio é hoje a principal locomotiva da economia brasileira e responde por um em cada três reais gerados no país. [...] O bom desempenho das exportações do setor e a oferta crescente de empregos na cadeia produtiva não podem ser atribuídos apenas à vocação agropecuária brasileira. O desenvolvimento científico-tecnológico e a modernização da atividade rural, obtidos por intermédio de pesquisas e da expansão da indústria de máquinas e implementos, contribuíram igualmente para transformar o país numa das mais respeitáveis plataformas mundiais do agronegócio. A adoção de programas de sanidade animal e vegetal, garantindo a produção de alimentos saudáveis, também ajudou o país a alcançar essa condição.

Esta caracterização complementa as anteriores na tentativa de conceituar o Agronegócio como processo econômico superior e efficientíssimo; de forma que tantos números sobre produção e produtividade e, mais ainda, sobre as atividades desenvolvidas pelos empresários e prepostos no plano nacional e internacional, tende a fazer a “vista” se fixar nos “fragmentos” superficiais, impedindo-a de ver e compreender mais a fundo a realidade estadual. Assim, não se consegue perceber que, esses elementos em si, com mais ou menos proporção, extensão e intensidade, também constituíram realidades econômicas anteriores, as quais não podiam e nem podem ser caracterizadas como Agronegócio; portanto, não é a referência ou a descrição de tais elementos que, *per si*, caracteriza concretamente o Agronegócio. Essa caracterização dificulta, ainda, a percepção de que o crescimento econômico exaltado tem significado, antes de tudo, a efetivação da finalidade-superior do empresário: a valorização do capital; do que se deve entender que, antes de produzir

---

<sup>19</sup> Disponível em: <http://www.portaldoagronegocio.com.br> Acessado em 14/12/2015.

alimentos, o Agronegócio produz mercadorias, as quais, por esse seu valor de uso (alimento) tem o seu valor de troca afirmado. Com efeito, é por essa característica (produzir commodities), que se vincula mais ao passado mais remoto do País e de Mato Grosso e, assim, garante a valorização capitalista, de forma que, só como “produto” secundário da valorização, é que tal “desenvolvimento” emerge.

No mesmo sentido é que, por exemplo, “a expansão da indústria de máquinas e implementos”, assim como a produção e a produtividade da agricultura<sup>20</sup>, são apresentadas sem esclarecer que essa produção, em sua quase totalidade, é realizada com tecnologias de empresas estrangeiras, importadas ou produzidas aqui por suas filiais. Oculta-se, dessa forma, que o “sucesso” do Agronegócio, além do custo do que se paga às empresas proprietárias dessas tecnologias, delas *depende* – subalternizando-se às suas determinações, cujas consequências extrapolam o estritamente econômico. Confunde-se ainda mais a compreensão, ao se divulgar que as máquinas consumidas no processo produtivo são fabricadas no Brasil, indicando-se, sub-repticiamente, que se trata de indústria nacional; na realidade, também se trata de indústrias estrangeiras que, em sociedade com o empresariado nacional<sup>21</sup>, instalam aqui suas filiais, realizando dessa forma um rendoso negócio para ambos.

Destaca-se ainda, na concepção dominante universalizada, o protagonismo empresarial como o fundamento de todo o desenvolvimento econômico-social em contraposição à inércia, ao parasitismo e à corrupção do que é público; assim, divulga-se que toda a produção agropecuária, notadamente, a produção de alimentos, são de responsabilidade do Agronegócio. Mas, não é o que se verifica no quadro abaixo:

Dados do Censo Agropecuário do IBGE de 2006<sup>22</sup>

	Agronegócio	Agricultura Familiar
Empregos por 100 hectares	1,7	15
Alimentos Produzidos	30%	70%

<sup>20</sup> No caso das sementes, conforme entrevista com técnico do IMEA – Instituto Mato-grossense de Economia o desenvolvimento das variedades de sementes e a sua produção em escala comercial, envolve complexas relações comerciais (pois, uma variedade pode pertencer a várias empresas) entre empresas nacionais e estrangeiras (a detentora da tecnologia inicial, a melhorista, a sementeira, etc.), sendo que a “multinacional” é a proprietária majoritária da mercadoria terminada.

<sup>21</sup> Florestan Fernandes (2009) ao tratar dessa relação destaca a “sobreapropriação” como um dos elementos fundamentais do subdesenvolvimento, na medida em que o empresário nacional necessita repartir com os agentes externos o excedente econômico.

<sup>22</sup> Disponível em: <https://www.google.com.br>



Terras Utilizadas	76%	24%
Créditos do Governo	84%	14%

Os dados falam por si, de modo que cai por terra os “argumentos” da propaganda hegemônica. O que avulta é o custo do Agronegócio para o fundo público, sem referirmos à “qualidade” do que produz, já tão denunciada pelo que pode degenerar e tem degenerado<sup>23</sup> a saúde humana e do planeta.

### **O confronto e a negação à concepção hegemônica na Escola**

Mas, a visão dominante segue divulgando o Agronegócio como o conjunto de atividades empresariais que, *per si*, teria superado o atraso econômico-social de Mato Grosso. Assim, tratar-se-ia de um processo econômico desenvolvendo-se, crescentemente, em negação ao “antigo” e ao “atrasado”, de forma a se impor sobranceiro, como o vetor que conduziria e imprimiria nas diversas regiões do estado novas e auspiciosas perspectivas econômico-sociais para todos; especialmente, para os trabalhadores mais qualificados e “ligados” às oportunidades que se lhes apresentam.

Essa visão transversaliza também a Escola Pública e seus processos educacionais, estabelecendo como finalidade-superior da educação-escolar dos trabalhadores, a sua instrumentalização ou qualificação enquanto força de trabalho ou mão-de-obra para o mercado<sup>24</sup>; daí o hegemonismo divulgar essa instrumentalização dos trabalhadores como meio viabilizador do emprego e, este, como a forma de conquistar o progresso ou o sucesso econômico-social. Para confirmar a “coerência” dessa determinação, o processo econômico-social do Agronegócio, é divulgado e tratado como um fenômeno que ter-se-ia iniciado entre o final da década de 1970 e início da de 1980 e, dali, por sua superioridade produtiva,

<sup>23</sup> Sobre os danos do sistema produtivo do Agronegócio para as pessoas e à natureza, é interessante o trabalho do Professor W. Pignati (2012). Disponível em: [http://www.meioambiente.mppr.mp.br/arquivos/File/EFEITO\\_DOS\\_AGROTOXICOS\\_PIGNATI.pdf](http://www.meioambiente.mppr.mp.br/arquivos/File/EFEITO_DOS_AGROTOXICOS_PIGNATI.pdf)

<sup>24</sup> Entretanto, em Marx (1975, p.738) temos que: “Graças ao progresso do trabalho social, quantidade sempre crescente de meios de produção pode ser mobilizada com um dispêndio progressivamente menor de força humana. Este enunciado é uma lei na sociedade capitalista onde o instrumental de trabalho emprega o trabalhador e não este o instrumental. Esta lei se transmuda na seguinte: quanto maior a produtividade do trabalho, tanto maior a pressão dos trabalhadores sobre os meios de emprego, tanto mais precária, portanto, sua condição de existência, a saber, a venda da própria força para aumentar a riqueza alheia ou a expansão do capital”.

fundada no uso de altas tecnologias e pela capacidade administrativa superior dos seus dirigentes, teria inaugurado uma nova História.

Assim, sem vínculo orgânico e em negação ao passado atrasado, subalternizando e tentando anular qualquer formação econômico-social que não o confirma<sup>25</sup>, o Agronegócio é afigurado socialmente como oportunidade ilimitada aos que desenvolvem a própria capacidade individual para “atuar”, “competir” e “vencer” no mercado. Com efeito, a Escola Pública é caracterizada e indicada como o lugar onde os “de baixo” devem se qualificar para as oportunidades oferecidas pelo Agronegócio. Mas, os dados do quadro abaixo demonstram os limites da “vitória” reservada aos assalariados:

Rendimento Mensal da População Mato-Grossense em Salário Mínimo

S/Rendimentos	De ¼ a 01	+ De 01 a 02	+ De 02 a 03	+ De 03 a 05	+ De 05 a 30
941.045	628.628	527.430	185.581	133.731	117.895

Fonte: IBGE – Censo 2010

Não obstante a força material da ideia hegemônica, a determinação oficial não se desenvolve “pacificamente”. Na realidade, na tentativa de se efetivar como o conteúdo político-pedagógico total da escola, essa orientação se confronta com as concepções e práticas dos educadores que veem e tratam a escola como espaço e instrumento onde também deve se travar e se desenvolver a luta emancipatória da classe trabalhadora. Entretanto, é necessário observar que, senão por uma pequena vanguarda dos seus educadores, a Escola Pública se desenvolve desconhecendo em concreto o Agronegócio (isto é, por suas múltiplas determinações históricas) e, conseqüentemente, a realidade mato-grossense; um desconhecimento que (antes de expressar a “incompetência técnica” que, na visão dominante ou do mercado, caracterizaria a Escola Pública e seus educadores) significa a materialização da visão de mundo hegemônica – e assim, representa um problema para as lutas e organizações autônomas e autonomizadoras dos trabalhadores.

### **Consequências do Agronegócio e a crítica necessária**

Se está evidenciado que o Agronegócio, antes de tudo, refere-se um

---

<sup>25</sup> Dentre essas formas econômicas subalternas, pode-se citar o modo de vida de determinados Povos Originários, alguns grupos sociais, comunidades rurais, que desenvolvem experiências produtivas solidárias, cooperadas, etc., ecologicamente sustentáveis, etc.

complexo e contraditório conjunto de relações sociais determinadas pelas leis do modo de produção capitalista, cuja finalidade fundamental é a valorização do capital mediante a produção de *commodities*, temos que, para caracterizá-lo concretamente, exige-se precisa-lo em sua relação com as praças centrais do capitalismo mundial; porque é nessa relação que suas consequências para a vida mato-grossense se evidenciam e, assim, a crítica necessária das organizações, lutas e movimentos autonomizadores dos trabalhadores.

Conforme indicado, a subalternização da produção às tecnologias importadas, que, além da maquinaria e respectiva tecnologia embarcada, abrange todo o complexo produtivo determinado pelo mercado, notadamente os negócios controlados pela *trades*, fazem evidenciar a *dependência* do Agronegócio às praças centrais do capitalismo mundial. Mas, o que é importante observar nessa relação, é que a subalternização não é imposta violentamente ao empresariado nacional; na realidade, dá-se de forma “combinada”, “consentida”, entre os capitalistas dos países centrais e a classe proprietária-governante daqui. Efetiva-se, portanto, como negócios capitalistamente determinados, presididos pela valorização do capital de ambos; é essa relação de dependência que determinará a característica fundamental do tipo de desenvolvimento que o Agronegócio produz.

O desenvolvimento econômico-social decorrente desse “capitalismo dependente”, efetivado como Agronegócio, ao contrário do que o hegemonismo divulga, não significa a confirmação de uma suposta “vocação econômica” natural destas terras, que seria a de produzir *commodities*; antes, trata-se do “projeto superior” da classe proprietária (pelo menos sua fração dominante) para Mato Grosso e para o País. Com efeito, subjuga ou busca subjugar tudo (especialmente as massas trabalhadoras, os recursos públicos, a capacidade produtiva e inventiva da gente brasileira e as riquezas naturais) à lógica do *capitalismo dependente*, que resulta em mais dependência e subdesenvolvimento social, político e cultural. Conforme a análise e a interpretação de Florestan Fernandes (2009, p. 68):

“O subdesenvolvimento econômico não só envolve a perpetuação de estruturas econômicas mais ou menos arcaicas. Promove a modernização limitada ou segmentada em todos os níveis da organização da economia, da sociedade e da cultura, ou seja, o subdesenvolvimento paralelo em todas as esferas da vida”.

A sociedade “unificada” pelas ideias do Agronegócio, tende a pensar e agir conforme a lógica do subdesenvolvimento, por achar que a produção de *commodities*

para a exportação seja a materialização da vocação econômica natural desta terra, que se efetivaria graças a coragem, disposição, atrevimento e “inteligência” do empresário para empreender, administrar/organizar e fazer desenvolver a economia. Na realidade, não existe vocação natural nenhuma, até porque décadas atrás o cerrado era considerado terra “ruim” para a agricultura, cujo valor comercial era baixíssimo; a mesma terra onde hoje o Agronegócio (a partir de conhecimentos, tecnologias e equipamentos diversos, desenvolvidos conforme a necessidade da valorização do capital nas condições ou especificidades do cerrado) realiza imensas lavouras altamente produtivas. Aliás, essa questão está esclarecida em Marx (1975, p. 588-589), quando afirma que:

Quanto menor o número de necessidades naturais que é imperativo satisfazer e quanto maior a fertilidade natural do solo e a excelência do clima, tanto menor o tempo de trabalho necessário para manter e reproduzir o produtor [...]. Mas, não se segue daí que o solo mais fértil seja o mais adequado para o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Este pressupõe o domínio do homem sobre a natureza. [...] A pátria do capital não é o clima tropical com sua vegetação exuberante, mas a zona temperada [...] a necessidade de controlar socialmente uma força natural, de utilizá-la, de apropriar-se dela ou domá-la por meio de obras em grande escala feitas pelo homem, desempenha o papel mais decisivo na história da indústria.

Veja-se que a visão de mundo hegemônica, além de ocultar a atividade intelectual (o estudo, a pesquisa, a ciência, etc.) como trabalho, e trabalho intelectual fundamental para orientar, com determinada racionalidade, a atividade “prática” (que, de fato, nunca é apenas “prática”), busca-se por essa distorção, separar a atividade intelectual da atividade prática, sobrepondo a prática em si e per si ao intelectual (não como o fundamento da atividade intelectual que é, mas) para reafirmar a lenda de que *trabalho* é a atividade prática, pela qual se conquista a riqueza pessoal.

Universalizando essa ideia na sociedade como verdade que o “exemplo” de alguns empresários “confirmaria”, o hegemonismo educa e convencer a sociedade, especialmente as famílias de trabalhadores, de que a preparação dos seus filhos para o mercado deve ser o objetivo maior da Escola Pública. Assim, também pela escola, confirma-se a lógica da valorização, além de “fundamentar”, socialmente, a tese dos que, na escola, defendem o mercado como o referencial para a realização do processo educacional-escolar. Por conseguinte, ao “expressar” o que a sociedade “quer”, a orientação oficial “eleva-se” como a interpretação democrática do que a sociedade reivindica – então, o mercado orienta a vida. Entretanto, o

Agronegócio, como materialização do capitalismo dependente, ao se efetivar como desenvolvimento social, não consegue responder questões fundamentais para os trabalhadores, especialmente aos setores mais organizados destes.

Dentre esses problemas, tem-se a crescente produção de riquezas, em contradição à permanente “pobreza infraestrutural” da escola dos trabalhadores e de seus filhos (Escola Pública), a qual repercute negativamente, tanto sobre a realidade social dos educadores, quanto sobre a qualidade do ensino e da aprendizagem. Dessa contradição (insanável pela lógica da dependência), além das denúncias e críticas das organizações, movimentos e lutas estudantis e dos educadores, vê-se aumentar muito os estudos/pesquisas científicos, notadamente ao nível da pós-graduação, que buscam entender concretamente, a natureza e as contradições do faustoso processo do Agronegócio, face à realidade social, especialmente educacional-escolar, dos trabalhadores. No sentido contrário, vê-se um movimento inédito do empresariado (por suas lideranças, entidades representativas e prepostos no parlamento e no executivo estadual) em relação à educação das massas<sup>26</sup>; assim, estão a produzir e indicar “soluções” para qualificar a “educação estadual”, as quais, curiosamente, limitam-se à Escola Pública, e vão no sentido de transformá-la numa espécie de agência de “preparação” da mão-de-obra requerida pela economia estadual.

Assim, para “qualificar” a educação das massas, o que o empresário propõe, só “qualificaria” o processo produtivo estadual, conforme a lógica do subdesenvolvimento. Em entrevista à pesquisa que desenvolvo, o “Empresário B”, ao expressar a sua opinião sobre o que é necessário em termos educacional-escolar para os trabalhadores, afirma que:

Eu acho que se preocupa muito com a formação superior, em termos agrônomos, termos veterinários, mas se esqueceu muito da parte tecnológica, técnica; os técnicos que saem mais rápido para o mercado de trabalho com uma formação mais prática. É importante ter o ensino superior,

---

<sup>26</sup> Nesse sentido, os empresários através de suas entidades representativas, associadas a empresas, têm realizado eventos em Mato Grosso, inclusive um importante e concorrido seminário em Cuiabá, para discutir a educação estadual, de forma a lhes dar argumentos e propostas para interferir na realidade educacional do Estado. Também estão realizando um processo político-pedagógico em todas as regiões do estado, com o SENAR à frente, articulando assistência social (confecção de documentos, corte de cabelo, exames médios, etc.) e cursos de treinamento, de modo a envolver a população em geral, especialmente os de trabalhadores mais simples – onde são afirmadas as qualidades superiores da empresa privada e de seus proprietários em negação ao parasitismo de tudo o que é “político” e público-estatal.

até para se preparar as pesquisas, aí encaminhando para os mestrados e doutorados para que se desenvolva a pesquisa, mas a parte laboral ela fica descoberta se não existe um investimento claro no ensino técnico, realmente fica um elo dessa cadeia, fica descoberto.

Por suas palavras, o país ou o estado estaria muito preocupado com a formação superior, quando o necessário é o técnico de nível médio; do que se pode inferir que, antes de qualificar o processo produtivo numa perspectiva autonomizadora, o que o empresário pretende, é conformar os trabalhadores na lógica do subdesenvolvimento, limitando-o a executor de tarefas simples, mecânicas, do processo produtivo. Conforme vimos, se o processo do Agronegócio é a materialização da dependência e do subdesenvolvimento, tal “solução” só pode significar mais dependência e mais subdesenvolvimento, inclusive pelo o embrutecimento das massas trabalhadoras, por essa tentativa de “reduzi-la” a instrumento mecânico desse processo. Por conseguinte, a imposição dessa terminalidade educacional-escolar, limitada a um “treinamento” que não ultrapassaria o Ensino Médio, significa negar Educação aos trabalhadores; ou, no mínimo, dificultar-lhes o desenvolvimento intelectual-moral para além do senso comum. Daí que, para os trabalhadores, o confronto ao desiderato empresarial, precisa se desenvolver concretamente, transbordando os limites do educacional-escolar.

Desse modo, se nos limites do educacional-escolar, as políticas do Governo Federal (ainda que insuficientes e com “vícios” desnaturadores), que criam condições para os trabalhadores ingressarem e concluírem cursos superiores, podem desenvolver uma realidade cultural contraditória à lógica do subdesenvolvimento, é a conjugação do “cultural” com o “econômico” que, como ação política das massas, pode realizar transformações mais profundas. Nessa direção, conhecer e dar relevo, divulgando, ao nível da Educação Básica, as formações ou construções econômico-sociais que estão subalternizadas pelo hegemonismo do Agronegócio (precisamente, por suas qualidades antagônicas à lógica do mercado) constitui um ato político-pedagógico da maior importância para os trabalhadores. Ao se “revelar” e “destacar”, concretamente, essas construções hegemônicas dos subalternos, por suas especificidades inovadoras e antagônicas à lógica capitalista, estabelece-se um novo conteúdo e um novo referencial teórico-metodológico, político-filosófico em ato (que está se materializando na forma de um novo processo econômico-social “contra-hegemônico”) para o trabalho docente.

Caminha-se, assim, para a unificação da concepção de mundo das massas em negação/superação da concepção fragmentária e abstrata imposta pelo hegemonismo.

Daí, a superação do Agronegócio não significa a sua *destruição-negação* absoluta, conforme a visão oficial/hegemônica busca indicar, em crítica a seus críticos; trata-se da *destruição-superação* que, a partir da realidade econômico-social hegemônica pelo Agronegócio, efetiva-se como construção de um sistema produtivo superior, que pressupõe os meios de produção e a força de trabalho em geral organizados e dispostos socialmente para produzir as condições necessárias ao desenvolvimento livre e em aberto da humanização do Homem e não do capital. É essa construção que já está em curso (além das lutas, movimentos e organizações autônoma dos trabalhadores), também, na forma de tentativas de organizar a produção em negação e confronto a lógica do mercado. Essas formas econômicas contra-hegemônicas dos subalternos é o elemento “negativo”, face ao processo capitalista, que precisa ser potencializado em seu caráter “contestador” do hegemonismo e revolucionário da realidade. Se como supremacia econômica, o Agronegócio também se materializa como supremacia política e cultural é necessário confrontá-lo com a cultura, a política e a ética decorrente dessas formas econômicas subalternas em construção.

## **Bibliografia**

BARROZO, João Carlos. Mato Grosso: do sonho à utopia da terra. Cuiabá, MT: EDUFMT/Carlini & Caniato, 2008.

\_\_\_\_\_. Mato Grosso: a (re) ocupação da terra na fronteira amazônica (século XX). São Leopoldo, RS: Oikos; Unisinos; Cuiabá, MT: EDUFMT, 2010.

ESTERCI, Neide. Conflito no Araguaia: peões e posseiros contra a grande empresa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

FERNANDES, Florestan. Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. 4ª ed. São Paulo: Global, 2009.

FERREIRA, Eudson de Castro. Posse e propriedade territorial: a luta pela terra em Mato Grosso. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1986.

MARX, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política. Livro 1: O processo de produção, vol. II. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

\_\_\_\_\_. O Capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

SEMERARO, Giovanni. Libertação e hegemonia: realizar a América Latina pelos movimentos populares. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2009.